



Transcrição da conferência
"Comunicação Social"
do ciclo "A social-democracia para o século XXI"

Lisboa, 15 Setembro 2014

LISBOA

Conferência "Comunicação Social" do ciclo de conferências "A social-democracia para o século XXI"

15 Setembro 2014

Miguel Pinto Luz (presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa) – Caras amigas e caros amigos, uma primeira palavra para me dirigir a todos vós por estarem aqui nesta noite de segunda-feira, chuvosa, num inverno antecipado. Uma palavra de agradecimento por estarem aqui nesta sala com todos nós.

Depois, agradecer aos ilustres oradores, nomes de referência na comunicação social, mas sobretudo homens com uma enorme experiência e saber suficientes que nos garantem que esta nossa viagem aqui neste hotel em Lisboa não será em vão.

Mas permitam-me que nestas palavras dirija um especial cumprimento para o nosso militante n.º 1, mas não nesta qualidade de militante n.º 1 – que é sempre assim que nos habituamos a nos dirigir ao Dr. Pinto Balsemão – mas por estarmos hoje aqui com um dos fundadores da imprensa livre em Portugal. Já que estamos a discutir a comunicação social, porque não dizê-lo tão frontalmente. E fez isso num tempo em que a imprensa de facto não podia ser livre. Sou daqueles que acreditam que os países se governam pelo exemplo, liderar pelo exemplo. Mais do que liderar pelo exemplo do que por decretos ou legislações. Nesse sentido basta irmos à história, à memória, para termos a certeza do extraordinário exemplo de coragem física, de ousadia e de independência com que ficou gravado o nosso partido, que Francisco Pinto Balsemão ajudou também a fundar.

Nos anos 80, em plena democracia, notem bem que já vivíamos em plena democracia, vivíamos num país que a Rádio Comercial, que ouvimos todos os dias, era do Estado; vivíamos num país onde a TSF era ilegal; onde o Diário de Notícias ou o Jornal de Notícias eram do Estado; onde os únicos canais de televisão eram do Estado; onde os governos, e repito que vivíamos em democracia já na década de 80, interferiam diariamente e diretamente dizendo o que podia ou não podia ser dito num determinado dia.

Nós fomos aquele partido que, com uma maioria absoluta, e com quase todos os meios de comunicação social nas nossas mãos e nas mãos do partido na altura, resolvemos abdicar desse pequeno poder. Resolvemos acabar com essa coisa dos governos serem donos exclusivos do que se via, do que se lia, do que se ouvia no

nosso país. Nós não o podemos esquecer, já que estamos a comemorar os 40 anos do Partido.

Mas, minhas caras amigas e meus caros amigos, não se preocupem que a minha intervenção hoje não é nostálgica, eu gosto mais de olhar para o futuro do que para o passado. Sou pouco daqueles que dizem “no meu tempo é que era bom”, até porque não tenho idade para isso. “Antigamente é que vivíamos num bom tempo”, “no meu tempo era de outra forma”... Eu não sou nada disso e vocês já me conhecem.

Estamos aqui para falar dos próximos 40 anos mais do que os últimos 40, mas podemos servir-nos dos últimos 40 como uma matriz, como exemplo, mas pensando sempre e projetando o que podem ser os próximos 40. As questões que nos colocam hoje em dia são imensas, são transversais e são muito preocupantes.

Queria evitar a utilização de lugares comuns, mas penso que falando de comunicação social é inevitável. De facto, não há democracia plena sem uma imprensa livre e, por conseguinte, também não há uma imprensa livre sem uma democracia plena e mais do que nunca precisamos dessa imprensa livre.

As pessoas deixaram de acreditar nos governos, deixaram de acreditar nos partidos, deixaram de acreditar nos políticos e temos todos os dias de nos lembrar disso. Deixaram de acreditar na justiça, nos tribunais e vale a pena, aqui numa provocação aos nossos oradores, também perguntar se deixaram de acreditar nos órgãos de comunicação social. Faz sentido discutir a questão nesse ponto de vista? Porque, na verdade, passámos de um canal de televisão propriedade do Estado para uma centena e meia de canais; dos velhos jornais para centenas de sites de notícias cada vez mais e mais especializados; do tempo das grandes redações com centenas de jornalistas e dos grandes investimentos em comunicação social para os dias em que alguém com computador, com iPhone, com iPad, com tablet, de sua casa, da sua sala, do seu escritório, consegue construir um *media*.

Mas ainda hoje a comunicação social sofre e tem como seu principal concorrente os seus próprios leitores, esta é uma realidade com que nos deparamos e não podemos fugir dela.

Mais ainda, o site do Observador – e hoje temos a honra de ter aqui o José Manuel Fernandes [Publisher do Observador] – compete com o Huffington Post. A SIC – e temos a honra de ter aqui outro orador, o Pedro Norton [CEO da Impresa] – compete com a BBC.

Portanto, para além de termos a concorrência da sala ao lado, do escritório, da sala de jantar, de quem constrói o seu *media* no seu computador e no seu tablet,

também temos uma concorrência global. Porque sem darmos por isso, o público passou a poder aceder facilmente à distância de um simples clique, de um simples *zapping*, a todos estes meios, a comprá-los, a poder fazer (utilizando um chavão anglo-saxónico), o *benchmark*, a comparar as virtudes, as vantagens, as desvantagens de cada um desses meios. E porque as audiências balcanizaram-se e porque existem centenas de meios de comunicação diferentes, é cada vez mais difícil distinguir o que é um órgão de comunicação social do que é um *media*.

E fica mais esta pergunta para os nossos oradores que é, como podemos distinguir um órgão de comunicação social de um *media*? Se quisermos ir mais longe, será que vale a pena fazer essa distinção ou vivemos bem com essa realidade? Podendo ainda fazer uma segunda declinação deste raciocínio: o Benfica TV, o Sporting TV, o Porto Canal e porque não o PSD@TV, porque já sabemos que vai ser criado, o que são afinal: são *medias* ou órgãos de comunicação social?

E tudo isto para dizer que acabaram os intermediários, será que já não temos aqueles *gatekeepers* que eram as garantias da intermediação entre os políticos e o público. Será que acabaram? Essa era outra questão – que papel tem agora a comunicação social?

Estes são alguns dos temas que queremos todos nesta sala ouvir-vos, saber a vossa opinião. Repetindo um lugar comum com que comecei, nós sabemos que não há democracia plena sem comunicação social livre e isso quer dizer que das vossas respostas hoje aqui, vamos encontrar muitas das respostas sobre o futuro do nosso país, o futuro do nosso sistema social, do nosso país enquanto um todo.

Por isso, a discussão que Portugal queremos construir no futuro, é uma discussão que me interessa e que nos interessa a todos e vale a pena discuti-la.

Muito obrigado a todas e a todos.

Pedro Lomba (secretário de Estado Adjunto do ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional) – Muito boa noite, queria cumprimentar em primeiro lugar o Dr. Pinto Balsemão, cumprimentar o Secretário-Geral José Matos Rosa, e o senhor Eng. Miguel Pinto Luz.

Foi-me pedido que fizesse uma revisitação da prática e da teoria do PSD ao longo destes 40 anos na perspetiva de encontrar alguns princípios ajustados aos novos desafios da comunicação social. Eu depois colocaria esses desafios aos nossos dois oradores, o Dr. Pedro Norton e o Dr. José Manuel Fernandes, que são bem conhecidos de todos. Vou começar recuando um pouco, porque essa história vale a pena ser conhecida e é uma história de que o PSD se deve orgulhar.

Vou começar com uma pequena citação legal, uma citação de dois decretos de 1974. O primeiro, que começa por dizer “Considerando a importância que a comunicação reveste no processo de democratização do país...” e depois diz estas duas coisas: “o Primeiro-ministro gerirá também a pasta da comunicação social...” e “é criada no Ministério da Comunicação Social a Secretaria de Estado da Comunicação Social”. Quem é que aprova estas duas decisões? Vasco Gonçalves, esse democrata. Acho que podíamos começar por aqui porque, a seguir ao 25 de Abril, foi necessário acabar com a censura, construir uma comunicação social livre, mas logo no início nós temos esta coisa de um Ministro da Comunicação Social.

O primeiro ministro da Comunicação Social foi o Raul Rego, todos os outros para a frente foram militares. Foi criado este Ministério da Comunicação Social com a referência que se deveria ocupar dos assuntos relativos à política de informação, vejam este conceito, foi criada uma comissão *ad-hoc* para a imprensa, para a rádio, para o cinema e para o teatro e logo a partir daqui, nós temos um período de grandíssima instabilidade na comunicação social. De Maio a Julho de 1974 foram afastadas várias administrações, diretores de órgãos de comunicação social, Diário Popular, A Capital, Diário de Lisboa, Comércio do Porto, Diário de Notícias etc.

Mais ou menos na mesma altura, em Junho de 1974, o fundador do PSD, Francisco Sá Carneiro, diz que “é necessário, no mais curto espaço de tempo, promulgar uma Lei de Imprensa”. Em Outubro de 1974, diz no primeiro comício do PPD em Lisboa que “é necessário assegurar o pluralismo efetivo dos meios de informação”. Mais tarde, em Novembro de 1974, diz que no processo de democratização do país era especialmente preocupante a inexistência de pluralismo efetivo na grande imprensa diária e as primeiras tentativas de uma declarada censura partidária.

O que ele detetava é que nós tínhamos substituído uma censura de Estado por uma censura de partido. Depois diz outra coisa mais tarde – e penso que o que ele vai dizendo neste período demonstra uma enorme clareza política –, diz que era fundamental garantir a isenção da comunicação social em relação ao Estado, uma isenção que se punha forçosamente também em relação ao Governo.

Ele dava aliás o exemplo da RTP, a televisão como empresa pública não está adstrita a fazer uma política de governo, como não deve estar qualquer meio de informação. Isto diz ele em Novembro de 1974. E é então aprovada a Lei de Imprensa em 1975, que durou até 1999, recuperou muito do projeto de 1970, integrou a Liberdade de Imprensa no âmbito mais vasto do Direito à Informação.

Na altura, quando fala da Lei de Imprensa, Francisco Sá Carneiro diz que o projeto era francamente positivo, muito democrático e destacava um conjunto de aspetos que agora não vou, por razões de tempo, abordar. Mas dizia que de facto a Lei de

Imprensa foi aprovada dez meses após o 25 de Abril, foi indiscutivelmente um reflexo desta conquista das liberdades fundamentais, do fim da censura, não punha termo aquela fase transitória de instabilidade porque aquela tal comissão *ad-hoc* só foi extinta mais tarde em Outubro de 1975.

Vale a pena olhar para os nomes de quem esteve por detrás da comissão de elaboração do diploma. Um deles naturalmente está aqui, Dr. Francisco Pinto Balsemão, mas há outros nomes: Sousa Franco; Rui de Almeida Mendes, talvez seja um nome que não diga muito, eu tive de investigar porque eu não conhecia, mas foi um importantíssimo militante do PSD, membro do governo da Aliança Democrática, mais tarde eurodeputado; Marcelo Rebelo de Sousa; Adriano Lucas, um nome importantíssimo da imprensa regional, muito conhecido, penso eu, por ser o pai do atual proprietário do Diário de Aveiro e do Diário de Coimbra. O que é interessante é que no meio de todos estes nomes há muitos nomes do PSD. A Lei de Imprensa tem uma marca forte do PSD.

Entramos depois nesta fase de estatização da comunicação social, que acontece em Portugal por decorrência indireta na nacionalização da banca. Foi uma coisa que o Mário Mesquita uma vez disse e dizia que nunca foi justificado do ponto de vista político a estatização da imprensa, foi sempre apresentada como uma consequência indireta da nacionalização da banca. Esta relação entre imprensa e banca é uma relação que vem até aos nossos dias. Passam para o controlo estatal os matutinos O Século, O Jornal de Comércio, o Comércio do Porto já aqui mencionado, o Diário de Lisboa ficou também ligado ao Estado por causa da quota que pertencia ao Banco Nacional Ultramarino. Foram suspensas em 1977 publicações da antiga Sociedade Nacional de Tipografia, dessa revista que deveria ser perigosíssima chamada Modas e Bordados, A Vida Mundial, O Século Ilustrado.

Em 1975, outro caso importantíssimo na formação do pensamento político do PSD, o caso Renascença. Muitos de vós lembrar-se-ão da ocupação por parte do COPCOM, que prende defensores do episcopado, a manifestação que é organizada pela extrema-esquerda a contramanifestação por parte de muitos católicos. O PS que vem de facto defender o patriarcado nessa altura e o PSD que sai também naturalmente em defesa da hierarquia, condenando a violência, condenando a agressão a que estava a ser sujeito. O caso Renascença durará até Dezembro de 1975, que tem depois o caso República pelo meio, que faz acordar o PS, mas o caso Renascença foi mais importante e mais grave do que o caso República e eu diria que foi fundamental para o 25 de Novembro.

Em 1975, Vasco Gonçalves faz um discurso em que diz: «ao fim de muito martelar nessa tecla, toda a gente acaba por acreditar nesse simplismo reduzido na expressão “os órgãos de informação estão nas mãos dos comunistas”». No mês seguinte, Francisco Sá Carneiro responde exatamente dizendo algumas coisas que são fundamentais para compreender o papel do PSD nesta altura. Disse que «a informação tinha sido posta ao serviço da minoria comunista, sua mentora, de que a informação se tinha transformado em propaganda, de que o PS tinha sido um partido que tinha beneficiado desse controlo, dessa repartição com o PCP. Aliás, eu diria até o PS às vezes “flirta” com a sua extrema-esquerda, mas só se apercebem-se quando a extrema-esquerda os ameaça e depois acabam por descobrir o rumo certo». Sá Carneiro diz isso nesse discurso, diz que é com o caso República que os socialistas descobrem o perigo e a ameaça à liberdade de expressão, naturalmente que ele reage contra esta transformação da informação em propaganda.

Depois diz que na imprensa foi possível combater o monopólio da informação com a fundação de novos jornais que, a par da imprensa diária do Porto e com os jornais diocesanos e locais, constituem bastiões de informação livre aos quais as pessoas acorrem apesar das investidas do General Vasco Gonçalves contra alguns desses jornais. Eu acho que este excerto importante porque dá-nos uma outra dimensão da ação do PSD nesta altura, que tem a ver com a defesa da imprensa regional que começa logo nos anos 70, da imprensa local, da imprensa diocesana que mais tarde dará origem a um diploma chamado Estatuto da Imprensa Regional.

Mas se quiserem um outro foco de diferenciação entre PSD e PS tenho aqui também: o PSD como um partido mais defensor da imprensa regional do que o PS e do que naturalmente a esquerda do PS – temos a Constituição em 1976, temos todos este processo de estatização dos jornais, rádios, o impedimento constitucional à televisão privada e a partir de 1977, o modo de como Francisco Sá Carneiro começa a combater todo este ambiente e toda esta organização centralista e controladora da comunicação social começa a aumentar de tom, começa a tornar-se cada vez mais insistente. Desculpem estar a citar porque acho fundamental olhar para trás e tentar perceber este pensamento, ele diz em 1977 uma coisa como “num regime democrático, não se justifica sequer a existência de uma secretaria de estado ou de um ministério da comunicação social, o melhor era já acabar com aquela”. E na verdade a gente sabe que neste Governo não existe isso, o último Governo que teve uma secretaria de estado da comunicação social foi precisamente um governo do Partido Socialista e aqui também tem um sinal de diferenciação e de afirmação política do Partido.

A partir de 1979, nós começamos um processo de liberalização progressiva com uma tomada de medidas concretas destinadas a devolver as empresas jornalísticas ao sector privado. Sá Carneiro diz isso logo a partir de 1979. Nós vivíamos num país onde era possível, através do controlo que o Estado tinha sobre as empresas jornalísticas, provocar a demissão dos administradores dessas empresas e por arrastamento a demissão dos diretores dos jornais. Isso aconteceu, por exemplo, com o Francisco Sousa Tavares, diretor da A Capital, que foi exatamente em 1979 vítima desse mesmo processo.

Sá Carneiro diz que era fundamental reduzir ao mínimo as possibilidades de arbítrio do governo e de manipulação dos órgãos de informação estatizados como órgãos de propaganda. E depois acrescentava “para mim a situação é essencialmente a do Estado ser proprietário de órgãos de informação. Enquanto essa situação não for resolvida tem de se encontrar uma forma de estatuto que reduza ao mínimo os riscos de interferência e de arbítrio.”

E neste governo da Aliança Democrática, em particular, encontramos algumas medidas que são reveladoras desse princípio: a cessação da intervenção do Estado nas empresas Regimprensa e Expresso, a cessação da intervenção do Estado na empresa do Jornal de Notícias, o alargamento de porte pago na remessa de publicações de jornais, o Estatuto do Jornalista, a Lei da Rádio e Televisão.

Em 1987, o panorama da comunicação social em Portugal, e não foi assim há tanto tempo e já foi aqui dito e lembrado, era de um estatismo absoluto. O Diário de Notícias, A Capital, o Anuário do Diário de Notícias, Mundo Desportivo, Diário Popular, a Rádio Televisão Portuguesa, a Rádio Difusão Portuguesa, tudo isso estava nas mãos do Estado. A partir dos governos de Cavaco Silva começa este processo de desestatização da comunicação social, de devolução das empresas jornalísticas e dos jornais ao sector privado.

Já foi mencionado no vídeo, data desta altura a legalização das rádios livres, data desta altura a privatização dos órgãos de imprensa estatizados. Estamos a falar do final dos anos 80 e foi mais ou menos nesta altura que começam a surgir novos títulos: o Independente, o Público no início dos anos 90, surgem jornais mais populares respondendo a novas exigências da opinião pública. Começam a perder força ou a declinar os vespertinos: desaparece o Diário de Lisboa, desaparece o Diário Popular, surge a Grande Reportagem. Há aqui uma recomposição do mercado da comunicação social.

Há pouco falei do Estatuto da Imprensa Regional, é um texto fundador da valorização da imprensa regional no fim dos anos 80 e há um processo, a partir desta altura do fim dos anos 80, de privatização da A Capital, do Diário Popular, da

libertação deste sector público que controlava a comunicação social. E a abertura ao operadores privados de televisão como é sabido.

A criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social no início dos anos 90, que depois mais tarde será substituída pela ERC. Mas de toda esta história, de todas estas fases, esta fase de transição, esta fase de devolução ao sector privado, a partir dos anos 80 e esta fase que começa a partir dos anos 90 de normalização e reconfiguração do mercado, eu diria que é possível extrair cinco lições e a partir daqui eu colocava as perguntas aos nossos oradores.

Se quiserem, são cinco convicções fundamentais desta história:

A primeira é de que no PSD há um entendimento das relações entre o Estado, a sociedade e a comunicação social do qual resulta uma rejeição firme, historicamente existente e coerente da presença e intromissão do Estado na comunicação social.

Uma segunda lição é de que há um entendimento liberal, no sentido da defesa das liberdades de imprensa, das liberdades de expressão, no sentido da defesa do mercado das ideias da comunicação social, contra mecanismos de centralização da informação que usem a propriedade e o controlo do Estado.

Uma terceira lição, a de que encontramos também uma defesa permanente da independência da comunicação social do poder do Estado e do governos e uma preocupação, um alerta que já encontramos nos textos de Sá Carneiro nos anos 70, contra a dependência financeira da comunicação social, designadamente em relação aos bancos.

Uma quarta lição, uma convicção pluralista sobre a comunicação social. Como eu disse há pouco o PSD, não só o PSD, mas o CDS também, apoiou sempre a imprensa regional, os jornais, as rádios das comunidades regionais e locais.

E uma quinta lição que encontramos nesta história uma preferência por formas de auto-regulação da organização e funcionamento dos órgãos de comunicação social em vez de comunicação dirigista, centralista ou paternalista, se quiserem, da comunicação.

Posto isto, colocam-se hoje desafios que testarão cada uma destas convicções que a história do PSD acentuou na sua rejeição repetida de uma comunicação social do Estado, controlada pelo Estado e dirigida pelo Estado.

A primeira tem que ver com a própria sustentabilidade dos meios de comunicação social, num contexto em que cada vez mais os órgãos de comunicação social estão a ser forçados a migrar para novas plataformas em particular para plataformas digitais. Sabemos que a sustentabilidade do negócio da comunicação social no

espaço digital não é clara e garantida. Ainda há pouco tempo li abundantemente sobre as incertezas que também existem e ao mesmo tempo que também lia um recente relatório do Digital News Report de 2014 em que a percentagem de pessoas que assinantes em papel que está disposta a tornasse assinante no digital está a aumentar. Por isso, eu julgo que a existência de uma comunicação social no futuro independente, tal como PSD sempre defendeu, levanta em primeiro lugar esta questão de saber como vai ser no formato digital, como é que pose ser.

Passo a palavra e vamos discutindo ponto a ponto, seguindo este guião.

Pedro Norton (CEO da Impresa) – Boa noite a todos, começo por agradecer o amável convite.

Postas as coisas nestes termos, vale a pena saber daquilo que estamos a falar quando estamos a falar da crise da comunicação social nos dias de hoje com meia dúzia de números, sem ser enfadonho, para termos uma ideia mais palpável do que é a realidade.

Podemos colocar o início desta grave crise financeira em que temos vivido em 2007 até 2013, o mercado publicitário como um todo, a principal fonte de financiamento de todos os órgãos de comunicação social portugueses, da televisão à rádio, passando pela imprensa, caiu cerca de 50%. Ou seja, em 2013 o conjunto dos órgãos de comunicação social viviam com metade das receitas com que viviam em 2007. Não há muitos sectores da economia portuguesa a terem passado por um terramoto semelhante. No final de 2013 o conjunto dos *media* portugueses viviam com menos dinheiro do que havia para o conjunto dos *media* do ano 2000. É de facto uma destruição de valor absolutamente catastrófica.

Se nós fizermos um retrato ainda mais fino percebemos que a crise, apesar de dimensões tremendas, ainda é pior para uns do que para outros. Sabemos que, por exemplo, a televisão caiu mais ou menos em linha com o mercado, cerca de 50% no investimento publicitário nos últimos cinco anos, sendo certo que há uma migração do investimento publicitário da televisão generalista para a televisão temática. Mas quando olhamos para a imprensa, estamos a falar de uma queda de 70% do mercado publicitário nos últimos cinco anos, o conjunto de todos os jornais e revistas em Portugal vivem hoje com cerca de 30% do mercado com que viviam há cinco anos. Isto dá uma primeira ideia da magnitude do que estamos a falar.

Este é um fenómeno conjuntural, na medida em que sabemos que os investimentos publicitário estão muito ligados aos ciclos económicos e que há uma grande interdependência entre uma e outra, mas há um conjunto de fenómenos estruturais

que são paralelos a esta crise económica e financeira e que estão a revolucionar o mercado dos *media* em paralelo. Estou a falar de um conjunto de fenómenos de ordem tecnológica, durante este período assistimos à consolidação final da migração do paradigma analógico para o paradigma digital e depois com as especificidades de cada meio: com a televisão passamos do standard digital para o HD como o mínimo exigível pelos consumidores, passamos do paradigma do fixo para o paradigma do móvel.

A par disso, porque as mudanças tecnológicas são sempre interrelacionadas com mudanças de consumo, assistimos também a verdadeiras revoluções durante este curtíssimo espaço de tempo porque estamos a falar de cinco ou seis anos. Do ponto de vista do consumo, aquilo que eu diria se tivesse de resumir numa frase diria que aquilo que estamos a ver hoje é a emergência de um consumidor muito mais poderoso, não é uma coisa má em si mesma, mas levanta desafios.

É um consumidor que diz aos meios o que é que quer consumir, quando é que quer consumir, onde é que quer consumir, em que plataforma quer consumir. É um consumidor que diz muitas vezes aos meios que não lhe basta ser consumidor de televisão ou jornais, mas quer ser também co-autor. É um consumidor que usa as redes sociais como filtro para as suas seleções e, portanto, delega nas redes sociais um papel de editor que antes estava entregue aos meios profissionais. É um consumidor que não está para aceitar os pacotes que os *medias* muitas vezes obrigam e quer ser ele a definir a unidade mínima de consumo, por exemplo, se olharmos para a indústria da música, estávamos todos habituados a comprar um LP e depois um CD e a indústria definia que o mínimo que podíamos comprar era um CD, havia de vez em quando um single.

A certa altura o consumidor decidiu que queria comprar faixa a faixa, agora exige um modelo de *streaming* de música e define o que é que quer consumir, como quer consumir. E, talvez mais grave do que tudo, é um consumidor que dá como garantida uma presunção de que os conteúdos devem ser gratuitos e que se habituou a uma despenalização social da pirataria.

Este é o contexto da revolução no *media* que assistimos nos últimos anos e que andada a par de uma crise financeira e económica gravíssima, no caso português com os números que eu enunciei. É da conjugação destes dois movimentos, uma crise financeira agudíssima e uma mudança estrutural do modelo de negócios dos *media* que nasce a grande dificuldade do sector neste momento, é aquilo a que eu costumo chamar a tempestade perfeita, quando juntamos aqui um conjunto de forças contraditórias e que tornam muito difícil a gestão de um órgão ou grupo de comunicação social nos dias de hoje.

Se repararem bem a maior parte dos órgãos de comunicação social em Portugal, por força da crise económica, estão a fazer esforços enormes de desalavancagem financeira, como todas as empresas em Portugal aliás, não só neste sector. Isto dá-se num momento em que no sector é exigido um nível de investimento que deveria ser muito acima do normal porque o negócio precisa de se reinventar, porque há uma mutação tecnológica gigantesca.

Da mesma maneira, no sector, hoje em dia nenhum de nós, julgo que o José Manuel também não tem, não temos fórmulas mágicas para inventar esta reinvenção do negócio digital e andamos todos a testar com humildade, numa base “trial and error”, modelos diferentes. O modelo do Expresso diário o modelo oposto ao do O Observador, eu acho que são dois bons produtos, mas que têm lógicas diferentes, nenhum de nós tem a certeza de qual vai ser o certo, mas esta ideia de incentivar o risco acontece numa altura precisamente de escassez de recursos onde o risco é particularmente elevado e é particularmente difícil fazê-lo. Nós também temos a consciência de que se queremos ter um papel relevante precisamos de continuar a fundar os nossos negócios na qualidade, na credibilidade dos nossos jornalistas e o que vemos à nossa volta é uma espiral de desinvestimento nos órgãos de comunicação social.

Diria ainda, para terminar esta análise, que este é também um período que reclamaria uma grande estabilidade acionista nos principais órgãos de comunicação social que permitisse um pensamento a médio e longo prazo, estratégico, que permitisse tempo para reinventar um negócio a quatro ou cinco anos. Mas o que observamos, muitas vezes fruto de necessidades de recapitalização e outras, é uma grande instabilidade acionista e uma grande pressão para resolver problemas de curto prazo.

Eu acho que é importante traçar este quadro porque este é o quadro em que nós vivemos, é um quadro de enormes dificuldades, de tentativas de conciliar forças muito contraditórias. E voltando agora ao tema que o Pedro enunciava, e tendo o PSD a história que tem e que tão bem sumariou, eu diria que a ameaça hoje em dia sobre a comunicação social já não é uma ameaça de estatização da comunicação social, isso já não passa pela cabeça de ninguém. Já nem se quer passa pela cabeça de ninguém uma grande tentativa de interferência governamental na comunicação social. Eu hoje se quero controlar a comunicação social tenho uma maneira muito mais prática de o fazer, é enfraquecendo-a financeiramente. Esse é o grande desafio que se coloca à comunicação social e eu diria que um partido com a tradição que o PSD tem e que o Pedro bem sintetizou nas suas cinco lições que enunciou, tem que estar atento a esta realidade.

Para ser fiel aos seus princípios, o PSD tem de pugnar pela existência de uma comunicação social financeiramente independente, sólida do ponto de vista financeiro porque é uma ficção imaginar que existe independência e pluralismo sem a independência financeira. De outra forma, aquilo que temos quanto muito são relações de dependência mais ou menos opacas com entidades económicas, com acionistas meio estranhos que olham para a comunicação social de forma instrumental. Eu diria, passando a bola ao José Manuel, a lição que eu tiraria da história do PSD, projetando-a para o principal desafio que temos pela frente neste sector, é fazer da criação de condições que permita que exista um ecossistema mediático financeiramente independente e que não fique à mercê daquela que é hoje a grande forma de controlo da comunicação social que é a criação de laços de dependência financeira. E depois já podemos ir debater o que quer dizer a criação de condições porque também tenho uma perspetiva liberal sobre isso.

Pedro Lomba – José Manuel, como é que se compatibiliza esta defesa da solidez financeira com a separação entre o Estado e a comunicação social?

José Manuel Fernandes (Publisher do Observador) – Primeiro que tudo, agradeço o convite, aplaudo o debate.

Para esta pergunta, não tenho resposta porque não sei se esta pergunta, com toda a franqueza... Não tem de ser o Estado a resolver este problema, este problema não pode ser resolvido pelo Estado, não vejo forma do Estado ser a solução. O Estado pode ajudar a encontrar soluções ou, sobretudo, não atrapalhar para que se encontrem soluções, é muito importante esta ideia de não atrapalhar.

Mas antes eu queria sublinhar apenas um aspeto que me parece importante que é, nós temos esta noção de que a liberdade faz parte daquilo que nós vestimos, daquilo que nós respiramos, daquilo que nós vivemos e a liberdade de imprensa é parte disso. Mas não é apenas parte disso, para o país poder ser uma democracia não é apenas importante que haja pluralismo, que haja vozes diferentes, é importante que as pessoas conversem umas com as outras, isto é, que haja uma partilha mínima do espaço comum, de referências comuns, de preocupações, que as pessoas discutam os mesmos temas.

Quando olhamos para a história da democracia, uma das dificuldades que houve entre a democracia do tempo dos gregos, onde isso se resolvia porque toda a gente se juntava no mesmo sítio e discutiam todos juntos, e a democracia quando ela

regressa no século XVIII, particularmente nos Estados Unidos e Inglaterra, é como é que pomos toda a gente a discutir a mesma coisa.

A forma é a imprensa. Na altura não havia rádio, não havia televisão, e a forma foi a imprensa porque faz com que as pessoas discutam umas com as outras. Uma das coisas mais curiosas que há no processo constitucional americano é que na altura praticamente todos os jornais dos Estados Unidos publicaram a constituição na íntegra para os seus leitores saberem o que estava em causa, bem sei que é uma constituição pequenina, o que ajuda, porque não é palavrosa como a nossa, mas é muito importante que isto tenha acontecido. A seguir a isso, puseram-se a discutir nos jornais o sentido daquilo, os famosos “Federalist papers” são artigos de jornais, não foram preparados para ser um livro e é isso que cria o mesmo espaço comum.

Faz sentido que se diga que queremos o Costa ou queremos o Seguro? Queremos um deles os dois ou o Passos? Porque no fundo nós sabemos o que é que eles estão a dizer, estamos todos a falar da mesma coisa. E quem diz isso diz muitos outros assuntos como se queremos a Segurança Social e a Educação de uma maneira ou de outra.

Um dos problemas que se coloca hoje em dia, com a evolução não apenas da comunicação social, dos seus problemas e das suas economias, é que a par destes problemas financeiros que faz com que se seja mais difícil produzir jornalismo, ao mesmo tempo há uma evolução da forma como as pessoas acedem à informação que faz com que haja uma espécie de pulverização deste espaço público, – eu estou mais a descrever um problema do que a encontrar uma solução.

Essa pulverização dá-se de formas muito diferentes. Dá-se, por um lado, porque em vez de haver três canais há cem e nunca mais na vida vai haver audiências televisivas para debates como houve no tempo do dois canais de televisão. Todos contentes porque 1 milhão de pessoas assistiu na semana passada a um debate político importante, mas 1 milhão de pessoas é 15% da população, é muito bom para a média de assistência em Portugal, mas aqui há uns anos atrás podíamos ter um debate em que assistiam 40% da população portuguesa. O que quer dizer que há 85% da população que assistiu àquilo vagamente, de outra forma, longinquamente, mas isto é um dos momentos em que toda a gente se junta porque noutros temas as pessoas estão separadas.

Uma das formas em que isto acontece é através da forma como hoje em dia muitas pessoas chegam às notícias. Aqui há uns anos atrás como é que chegávamos às notícias? Ouvíamos três ou quatro rádios, víamos três ou quatro telejornais, que tinham, como disse, audiências unitárias muito maiores, os jornais chegavam a muitas mais pessoas do que chegam hoje. Hoje temos uma situação que é

paradoxal: mais de metade dos jornais de informação vendidos em Portugal são só de um título: o Correio da Manhã. O Correio da Manhã vende sozinho mais do que todos os outros jornais de informação generalista, do que o Público, o Jornal de Notícias, o Diário de Notícias, o I, Diário Económico, Jornal de Negócios, tudo somado é menos do que o Correio da Manhã. O Expresso é semanário e os semanários têm uma lógica apesar de tudo diferente.

Isto é um empobrecimento do debate, claramente, mas não há só isso. Isto no dia-a-dia é algo de relevante, mas isso já não vale tanto como valia antigamente porque há muitas pessoas que já não acedem à informação por aí. Muitas acedem à informação porque acedem a sites de informação, mas muitos chegam a sites de informação vindos das redes sociais, as redes sociais são hoje o principal agregador e difusor de notícias. Não conheço os números do Expresso, tem um modelo ligeiramente diferente e por isso admito que sejam números ligeiramente diferentes, mas no site do Observador, no site do Público, um terço das pessoas, e a crescer, são pessoas que chegam ali vindas sobretudo do Facebook, entram porque alguém pôs um post no Facebook através de um pop-up de informação ou através de outra pessoa qualquer.

Entram, leem aquela notícia e saem. E às vezes só leem notícias de cãesinhos ou de coisas curiosas e é sobre isso que andam a conversar naquelas conversetas nas redes sociais. Isto é a realidade. O que é que isto representa para este espaço público comum onde temos de construir uma conversa entre nós todos? Eu não sei dar uma resposta, é uma das questões que hoje em dia se levanta, inclusive entre as pessoas que pensam a democracia. E é um problema. Este é o outro problema que vem ao lado do problema financeiro, além de nós não sabermos como pagamos o jornalismo, também não sabemos bem como é que a democracia funciona neste mundo um bocado pulverizado.

E não se pense que já não estamos a sentir algumas consequências disso, não se pense que isto é só uma coisa teórica. Eu julgo, não tenho nenhum estudo sobre isto, mas julgo que alguns dos fenómenos populistas que estão a ocorrer na Europa são fenómenos que surpreenderam as pessoas porque eles não chegaram aos órgãos de comunicação porque nos órgãos de comunicação há uma espécie de *blackout*, uma cortina de defesa higiénica.

Não se fala daquela gente e há um certo conservadorismo e de repente aquela gente aparece no dia em que pode aparecer que é no dia em que vão às urnas... ninguém diz em que é que vai votar e de repente... Onde é que essas pessoas andaram a falar?

Andaram a falar em imensos sítios, nestes sítios todos e andaram a falar porque senão não tinham estes níveis de votação. Portanto, há aqui algumas realidades novas que eu penso que derivam deste novo ecossistemas que nos coloca muitos desafios.

Eu respondi praticamente à pergunta e não falei do digital. O digital tem grandes vantagens e tem também alguns problemas. Primeiro, apesar de tudo hoje em dia é possível criar um órgão de informação e chegar aos quatro cantos do mundo com um grau de investimento inicial que não tem comparação com o que acontecia há uns anos atrás. Eu estive na fundação do Público e estou agora na fundação do Observador, são projetos diferentes, de ambição diferente, mas não se compara quando olhamos para os números, para os meios envolvidos, para os recursos necessários e quando o Público surgiu, surgiu numa altura em que era relativamente barato fazer este investimento.

Há pouco, o Pedro Lomba falou daquela fase no final dos anos 80, no princípio dos anos 90 quando se dão as privatizações. Costumo identificar essa fase como uma fase de grande viragem na comunicação social portuguesa em que tudo muda. E não muda apenas porque houve a abertura da televisão aos privados, da abertura da rádio aos operadores grandes e pequenos, porque o Diário de Notícias ou Record, que eram jornais do Estado, foram privatizados. Aconteceram mais coisas: entrámos para a União Europeia, o consumo tinha disparado, o mercado publicitário crescia a grande velocidade, acontecia o contrário do que está a acontecer agora, agora estamos todos a minuar.

Depois da crise relacionada com a vinda do FMI, o mercado publicitário crescia valores exponenciais. Eu recordo-me dos números do Expresso nessa época, e o Dr. Balsemão deve recordar também com alguma saudade do chamado EBITDA sobre o resultado global, era uma coisa espantosa, não havia outro negócio do mundo que pudesse chegar a esses resultados. Esse mundo desapareceu, correspondeu apenas a esse momento.

Mas houve mais coisas, uma das coisas foi a revolução tecnológica. Quer dizer, o Diário de Notícias nos anos 80 tinha 900 trabalhadores, 100 jornalistas. O Diário de Notícias, agora não sei os números, mas há três ou quatro anos tinha 300 trabalhadores, 200 jornalistas. O que era feito por 800 pessoas passou a ser feito por 100. Podem dizer que depois isto tem consequências no emprego, claro que tem, mas isto aconteceu por causa da revolução dos computadores, por causa da forma como se imprime, da forma como se produz, como se cobra, como se emite faturas, tudo mudou e tornou-se mais acessível.

Estamos agora a viver um período um bocado ao contrário em que as receitas desapareceram, em parte porque desapareceram pela crise económica, porque o mercado diminuiu, essas coisas todas, mas também desapareceram porque nunca cá estiveram. Começámos por oferecer tudo a toda a gente e com isso criou-se um hábito e não sei se a solução é reverter esse hábito, se a solução é ao oferecer tudo a toda a gente é necessário replicar o modelo que de alguma forma existe com as televisões hertzianas que é o pagamento com publicidade. Ouvimos rádio e quem é que paga a rádio? Não cobram aos seus ouvintes, quem paga a rádio é a publicidade. Nas televisões por cabo não é tudo, porque é um modelo ligeiramente diferente, mas a televisão hertziana basicamente é paga por quem anuncia. Entre estes dois extremos há-de haver alguma coisa pelo meio, agora estes modelos de negócio estão numa fase em que cabe às empresas tentar tudo. Voltando ao papel que o Estado pode fazer, cabe ao Estado não atrapalhar, porque o Estado também não pode chegar lá e dizer que o caminho “é por ali e, portanto, é aquilo que vou subsidiar” ou “é aquilo que vou facilitar” porque pode ir pelo caminho completamente errado. Essas coisas mudam de um dia para o outro.

Para acabar, a propósito de mudar de um dia para o outro: há seis meses, quando nós estávamos a preparar o Observador, vimos os estudos que havia sobre o consumo de notícias em computadores normais e móveis e andava na casa, nos Estados Unidos, de 30% e em Portugal não chegava ainda aos 30%. Bem, nós no Observador já temos dias de 55%. Isto foi quatro ou cinco meses depois dos outros números, sabíamos que ia crescer, mas não imaginávamos que fosse a esta velocidade. Portanto, não há forma de leis, de políticas pública conseguirem dizer que é por ali ou é por lá. Agora, há coisas que não devem acontecer, por exemplo, o Pedro Lomba apresentou coisas como grande legado do PSD ou não. Pessoalmente eu não acho que seja legado do PSD o estatuto da ERC e aquilo que a ERC faz. Ou seja, é um legado do PSD, mas não é um bom legado do PSD. O legado é do PS e do PSD porque os dois partidos fizeram acordos, mas eu não coloco num bom legado e claramente coloco como uma das coisas de deviam ser revistas.

Pedro Lomba – Já vemos esse tema se calhar mais à frente.

É e vai ser fundamental nesta área política continuar a defender as condições de uma imprensa independente, livre já não face ao Estado, mas a outras dependências e a outros poderes fáticos. Mas pergunta que vos deixava agora é que podemos achar que vai haver uma ordem espontânea, vai haver uma adaptação normal e sobreviveram os mais fortes que produzirem jornalismo de maior qualidade, os que se adaptarem melhor. A outra possibilidade, e essa é a pergunta que também deixo,

é o Estado e o que é que o Estado pode fazer? O José Manuel Fernandes acha que o Estado essencialmente não deve atrapalhar, pareceu-me que o Pedro Norton defendia que o Estado pode fazer algo mais do que não atrapalhar, resta saber o quê, resta saber o que é que a social democracia do século XXI deve defender a este propósito. Se quiserem dou-vos alguns exemplos, os franceses de financiamento, de apoios públicos à comunicação social têm 600 milhões por ano. Eu sei que estes números podem parecer astronomicamente excessivos, mas dão 600 milhões.

Pedro Norton – Não sei se nesses 600 milhões entra uma coisa que me impressionou muito quando ia a França, é que lá os jornalistas só pagam 50% do IRS, têm um abatimento de 50%. Para ter boa imprensa está garantido.

Pedro Lomba – É uma ideia para os legisladores, para os governos. E o Sarkozy em 2009 usou esse tipo de coisas. Não há dúvida que todos os países têm estas coisas.

Pedro Norton – É tentador, sobretudo para quem tem de administrar um grupo de comunicação social, reivindicar ajudas do Estado, é sempre tentador e é fácil, por isso eu consigo elencar uma série de ideias em matéria fiscal, em matéria de fundos estruturais, mas eu não acho que seja a maneira mais séria de fazer esse debate. De certa maneira contra mim falo, mas eu tendo a estar de acordo com o José Manuel quando ele diz que a principal coisa que o Estado pode fazer é não criar mais entraves e dificuldades muitas vezes inúteis e artificiais a quem já tem dificuldades muito graves com que se debater no terreno e se nós olharmos, entrando mais no concreto, no campo da remoção de dificuldades e sobretudo de dificuldades inúteis, há muita coisa a fazer.

Dou outros exemplos: nós, o Governo e o PSD, felizmente em boa altura se tirou da agenda porque teria sido verdadeiramente trágico para o ecossistema mediático a privatização da RTP, mas eu acho que deixou a discussão a meio sobre aquilo que se quer, o que se deve e o que se pode fazer com um operador público de televisão.

Eu acho que esse é um debate que interessa por duas razões fundamentais. Eu diria que, e é uma crítica que já tive oportunidade de fazer ao ministro Miguel Poiars Maduro de quem sou amigo, mas fi-la publicamente, eu acho que há duas coisas que valia a pena refletir sobre o operador público de televisão e que depois se traduzem numa dificuldade artificial colocada a todos os agentes, não só às televisões, mas por arrasto a todos os agentes. Uma é uma reflexão do que deve ser a concepção do próprio serviço público do século XXI e aquilo que eu vejo, do que conheço, pelo que

vejo plasmado no contrato de concessão do serviço público é uma visão, vão-me perdoar, mas mais próxima dos anos 70 do que do século XXI.

É uma visão maximalista, em que se defende um operador público com onze ou doze potenciais canais, que vai a todas, quando do meu ponto de vista um partido com a tradição do PSD devia pugnar por ter um operador público com uma lógica de regulador e uma lógica de atuação essencialmente supletiva. Não é isso que a RTP é hoje, não é nisso em que a RTP parece que se vai transformar à luz do que conheço do contrato de concessão e, portanto, a própria concepção do que deve ser o serviço público seria uma das formas do Estado facilitar a vida ao mercado.

Numa segunda alínea deste mesmo tema, diria também o seguinte, o Governo tornou, e no meu entender bem, o financiamento do operador público mais transparente. O operador público hoje em dia é maioritariamente financiado pela taxa da contribuição audiovisual, mas que aumentou. Eu julgo que esse teria sido um momento fundamental para resolver um pecado original da RTP, e isto não é crítica a nenhuma das administrações da RTP. A RTP tem um problema de base que é ter uma forma de financiamento dual que se vai encarregar de perverter todas as boas intenções do Governo do que deve ser o serviço público. A RTP enquanto tiver uma forma de financiamento com uma componente muito importante de receitas publicitárias, vai-se comportar como operador comercial e, portanto, é o pior de dois mundos. Vai ser mais cara, vai complicar a vida aos atores privados, sejam eles televisões, sejam eles as rádios e jornais. Porque obviamente o preço da publicidade é muito feito pela televisão, e não vai ser necessariamente mais barata para o Estado na medida em que vai estar a entrar num campeonato de despesismo muito maior. Eu tenho pena que não se tenha aproveitado essa altura, uma altura em que se tomou uma decisão corajosa de aumentar a contribuição de audiovisual, para pura e simplesmente se ir para um modelo - se entendermos que há lugar para mais um operador público - financiado inteiramente por dinheiros públicos e com uma missão muito clara e de regulador, tal como se defende no preâmbulo do contrato de concessão.

Este é um exemplo que o Estado pode fazer, que não são propriamente os privados a pedir subsídios, mas que seguramente contribuiria para um fortalecimento do ecossistema como um todo, do ponto de vista financeiro.

Mais um ou dois exemplos. Há bocado o José Manuel falava da ERC. Acho que de facto a estrutura da regulação em Portugal é uma estrutura ultrapassada. Hoje em dia não é possível olhar para a televisão, não é possível pensar a televisão sem a incluir num sistema mais vasto de que, por exemplo, fazem parte os operadores de telecomunicações.

Pensar na televisão sem pensar em telecomunicações, pensar televisão sem pensar nas “telcos”, nas televisões por assinatura, não é pensar televisão, é deixar a conversa a meio. E nós temos uma estrutura de regulação aqui dual: há um regulador que se preocupa em contabilizar os minutos que cada uma das operadoras dá a cada partido e há um regulador que se preocupa em regular as telecomunicações. O nível de interdependência hoje em dia entre televisões e “telecoms” é de tal ordem que obrigaria a uma visão holística deste subsistema todo. Isto é particularmente relevante numa altura que, por força desta crise toda que temos vivido, de facto a relação de forças entre televisões e “telecoms” tem alterado bastante e julgo que este é outro exemplo desta eliminação de dificuldades que não se traduzem no simples pedir de subsídios, que seria aquele impulso mais natural que alguém como eu poderia ter. Mas tentado fazer um exercício sério e intelectualmente honesto, prefiro ir a exemplos deste tipo.

Dou um terceiro, só para terminar, um tema que já foi aqui aflorado em que o Dr. Balsemão tem sido o principal defensor quer a nível da Impresa, quer a nível nacional, quer a nível internacional, que é o tema da luta contra a pirataria e contra alguns abusos de posição dominante dos agregadores de conteúdos.

Julgo que é um tema que reconheço difícil para o qual não há soluções fáceis, não há seguramente soluções fáceis a nível nacional que não sejam integradas em soluções europeias e quiçá mundiais, mas aquilo que também sei é que se nada fizermos nesta matéria estamos a permitir que um conjunto de grandes operadores a nível mundial construa modelos de negócio sem empregar um jornalista, no caso português sem pagar um euro de impostos em Portugal e em cima de conteúdos produzidos por quem tem de pagar redações todos os dias, quem se esforça por produzir conteúdos com o mínimo de qualidade.

Este problema só se enfrenta, perdoem-me a expressão, um bocado “à bruta” e com coragem. É um outro exemplo de uma forma de o Estado ajudar este ecossistema mediático sem necessariamente se traduzir em despejar dinheiro em cima do problema.

Pedro Lomba – Não sei se queres dizer alguma coisa sobre a RTP e o contrato de concessão. Há aqui uma deixa que se pode retirar daqui. Se faria sentido uma fusão da ERC com a ANACOM, por exemplo, nesta lógica que o Pedro Norton referiu?

José Manuel Fernandes – Quando nasceu a ERC havia a esperança que ela nascesse como uma entidade reguladora que incluía também a ANACOM, na linha da FCC americana. Discutiu-se um bocadinho isso, mas vai contra uma cultura portuguesa muito presente nas escolas de comunicação social, na cultura dominante do Partido Socialista do Arons de Carvalho, por exemplo, que é uma pessoa que estimo muito, mas que tem uma influência negativa a este nível, segundo a qual “não se pode deixar os jornalistas à solta” e que “é necessário garantir o pluralismo, é necessário estar a ver as métricas, é necessário garantir os minutos”.

Nós sabemos qual é o resultado disso, nós tivemos as mais pindéricas eleições autárquicas de há muitos anos por causa de algo que andou ali entre a Comissão Nacional de Eleições e a ERC, que criaram um nó cego que o resultado foi um grave empobrecimento do debate público. Foi esse o resultado daquilo, foi o contrário do que eles deviam fazer, exatamente o contrário! Essa é uma das razões para que pense que isto não devia existir.

Eu tenho sobre a questão da televisão uma posição bastante radical e quando digo bastante radical digo que o modelo de serviço público que existe não faz sentido hoje porque é um modelo que tende a colocar um sinal de igual entre serviço público e empresa de capitais públicos e empresa pública. Portanto, conforme aquela empresa pública existe a seguir encontra-se um modelo que justifique aquela empresa pública.

Eu fiz parte de duas comissões que fizeram relatórios sobre o serviço público e uma das coisas curiosas que aconteceram entre as duas comissões é que quando foi a primeira toda a gente disse mal dela, quando chegou à segunda a primeira tinha toda a razão, mas a segunda não tinha razão nenhuma. E quando as pessoas diziam isso eu lembrava a seguinte história: na primeira comissão nós definimos serviço público e desse serviço público não fazia parte, não estava na sua descrição, não sentimos que fosse necessário, ninguém disse que era necessário ter um canal no cabo de informação 24 horas por dia, não fazia parte. Entretanto, por conveniências políticas empresariais, conivências estranhas, foi preciso salvar um canal que apareceu por razões misteriosas no Porto, que não sabia para onde é que ia, e a RTP chega lá e ficou com esse canal.

O que é que faço com esse canal? Primeiro faço a RTP N, RTP Norte, RTP Notícias e depois acabou em RTP Informação. Para que é que aquilo existe? Se aquilo acabasse amanhã o que é que acontecia? No entanto, cada vez que se foi mexendo na definição de serviço público foi-se encontrando argumentos para fazer com que aquilo existisse.

A visão que tenho de serviço público é radicalmente diferente desta. O que é que um mercado com a dimensão de Portugal não tem condições de produzir, de garantir e que é importante para o público? Isso acontece na área da informação? Será? Isso acontece na área da produção cultural? Onde é que falta? O que é que é importante? E em vez de termos um operador que para estar no ar tem de ter tudo, tem de ter uma lógica de programação e por isso tem de ter tudo, podíamos ter modelos de tipo diferente. Eu sei que isto é uma ruptura com a tradição europeia, mas a tradição europeia também nasceu uma boa parte numa época onde o investimento nas televisões era tão grande que só podia haver operadores públicos. E assim justifica-se a sua existência porque eles já existem e não vão desaparecer. Portanto, eu acho que isto mais tarde ou mais cedo vai ter de mudar porque também aqui, mais uma vez, as coisas estão a mudar. Eu não sou especialista e às vezes apanho as coisas no ar, mas tenho a percepção de que uma das guerras que está a chegar à Europa, não chegou ainda a Portugal e vai levar muito tempo a cá chegar, são as guerras do Netflix.

Não sei se sabem o que é o Netflix, é a televisão pela internet com uma assinatura como a televisão por cabo. Eu recebo em casa e faço as coisas completamente à minha vontade, com um grau de liberdade maior do que o cabo dá agora para ver a última semana de programação. Ali não, eu tenho a biblioteca toda e faço da forma que quiser, já é produtor de conteúdos, o *House of Cards* é produção Netflix e há aqui uma realidade nova. Estão a chegar a França e - bem à francesa - as autoridades públicas estão a tentar arranjar maneira de fechar as portas, vai dar uma guerra...

Eu não sei bem o que é que isto significa, já percebi que nos Estados Unidos isto está a mudar a forma de como as pessoas veem televisão. É evidente que os valores envolvidos são astronómicos, na ordem das centenas de milhões de euros de investimento numa fase em que aquilo ainda não dá resultados, estamos a falar daqueles negócios à americana absolutamente gigantescos.

Eu vou contar mais uma coisa sobre o problema da pirataria. Aqui há uns tempos numa aula eu estava a tentar dar alguma esperança às pessoas, alguns deles futuros jornalistas, sobre como é que isto se vai pagar no futuro. E tinha na altura saído na *The Economist* um artigo que falava numa solução. A Amazon lançou o *Kindle*, com um sistema de micro-pagamentos, talvez o *Kindle* permita que aquilo que é um bocado complicado, eu para ler um jornal tenho de pagar a assinatura toda, pagando apenas só uns cêntimos entre o *Kindle* e o iTunes pode ser uma solução. Eu estava a explicar isto à turma e perguntei se todos conhecem o iTunes. Eles conheciam e todos seguramente já tinham descarregado coisas do iTunes e ninguém disse nada. Todos com *smartphones* e iPods nas mesas, andam com auscultadores e as músicas vêm de onde? E era tudo pirata!

E eu perguntei se eles não gostavam dos autores, se não gostavam da música que eles tocam. Porque eles não vivem se não lhes pagarem. E eles deram uma resposta que me deixou completamente desconcertado e sem resposta: “a gente paga porque depois vamos ver os concertos e pagamos o bilhete dos concertos”. E eles estavam a dizer de forma empírica aquilo que foi a mudança do modelo de negócio, o modelo de negócio da música mudou e passou de royalties sobre o CD para, mesmo aquelas velhas múmias, voltarem à estrada e voltar a fazerem concertos e é assim que vivem outra vez hoje. É bom? É mau? É o que aconteceu.

Eu não posso dizer que a solução para as televisões e para os jornais é fazer concertos, voltar à estrada, nós não temos essa possibilidade.

Há aqui uma realidade que por mais voltas que se dê vamos ter de contar com ela. Uma das séries com mais sucesso nos últimos anos é o *Game of Thrones*, Guerra dos Tronos, que teve audiências que embora não tenham sido o topo das audiências mundiais mas é das que tem maior audiência nas televisões de todo o mundo. Metade do total das visualizações da Guerra dos Tronos foram downloads ilegais, metade! Foi o recorde mundial, nada foi tão pirateado como o *Game of Thrones*. Agora, perguntamos se isto vai desaparecer? Vamos conseguir acabar com isto de um momento para o outro? Eu acho que tem de se lutar e tem de se conter, mas isto é cada vez mais um dado do problema, não é apenas uma ilegalidade que tem de se ultrapassar, é um dado do problema porque já faz parte.

O Partido Pirata que defende estas coisas teve na Suécia, nas eleições, quase 10% dos votos. A mesma coisa em Berlim, agora caíram infelizmente porque subiu a extrema-direita, não sei se foi troca direta, mas eu acho que eles não tiveram 10% de certeza. Aliás, eu acho que 10% nem foi em eleições nacionais, foi em eleições menos a doer, digamos assim.

Portanto, há aqui uma realidade nova. Isto vai passar? Em muitos aspetos era bom que passasse, mas eu acho que quem está na indústria tem que olhar para isto não direi como quem olha para a Lei da Gravidade, mas como uma coisa que existe, como algo que tem de se conter, mas que provavelmente não vai desaparecer por completo. Isto é muito diferente de se combater a Google porque isto é combater biliões de pessoas e biliões de hábitos de consumo. Eu posso ir prender as pessoas do *Pirate Bay*, um dos sítios que funciona melhor para isso, mas o *Pirate Bay* não para, continua. Muda de país, leva os *servers* para outro sítio qualquer. Estão sempre a mudar e aquilo está sempre a funcionar. São tempos ao mesmo tempo difíceis e entusiasmantes.

Pedro Lomba – Já agora dizia duas coisas sobre este tema. Eu não tenho dúvidas que um dos desafios, uma das coisas em que um partido como o PSD deve ser intransigente é que no futuro - e hoje são essenciais leis de *media* que definam boas regras do jogo, que equilibrem posições e uma das boas áreas para testar esta ideia é precisamente a da defesa dos criadores de conteúdos, da propriedade intelectual contra formas diversas de canibalização de conteúdos. Eu diria que essa deverá ser uma bandeira, mas também há outra que a ver com uma coisa que o José Manuel Fernandes que disse sobre aquela obsessão regulamentadora do exercício da profissão jornalística que leva ao ponto de decisões recentes sobre os estágios curriculares dos alunos de jornalismo e comunicação social, decisões que têm o apoio de algumas organizações sociais em Portugal como o sindicato dos jornalistas e não só.

Acho que, por exemplo, essa obsessão regulamentadora com o que é ser ou não ser jornalista que leva ao extremos de algumas pessoas chegarem a defender que a lei deve definir o que é o ato jornalístico. Esta conversa é ouvida por quem é jurista por causa do ato médico, no caso dos médicos e do ato jurídico, na advocacia e transpor isto para o jornalismo... São exemplos de coisas em que se deve ser muito claro relativamente a isto.

Mas eu quero ouvir-vos sobre outro tema, sobre a transparência dos meios de comunicação social, com a questão da concentração dos meios de comunicação social. Já se falou da questão do serviço público, mas a transparência e a necessidade de regras de transparência é outra das coisas que o Estado pode fazer ou não.

Pedro Norton – Sem dúvida. Mais uma vez tenho aqui uma posição tendencialmente mais liberal. Há muitos países onde há regras de condicionamento da propriedade dos meios de comunicação social, nomeadamente a não-nacionais e não sou muito favorável a esse tipo de abordagens porque acho que nós, como órgãos de comunicação social, devemos estar preparados concorrer com o melhor que se faz no mundo e, portanto, não sou muito favorável a esse tipo de condicionamentos mais ou menos artificiais.

Agora, dito isto, o tema da transparência é um tema diferente. Eu acho que os órgãos de comunicação social podem e deve ser escrutinados pelos seus próprios leitores e espetadores e acho que uma cidadania informada também se faz do escrutínio que os próprios públicos fazem aos órgãos de comunicação social. Eu quando leio um jornal, quando vejo uma televisão quero estar na posse dos elementos mínimos que me permitem fazer uma leitura informada da leitura que

estou a fazer, passo a redundância. Eu gosto de saber que o proprietário do jornal A ou do jornal B é simpatizante do partido C ou D ou que tem um grupo económico E ou F, portanto, permite-me fazer uma leitura e o escrutínio informado daquilo que estou a ler e daquilo que estou a ver.

A realidade é que hoje em dia em Portugal existem grupos com estruturas de propriedade que são clarissimamente identificadas, as pessoas podem gostar ou podem não gostar, podem concordar ou podem discordar, podem mudar de jornal ou televisão, mas sabem qual é o dono, sabem qual é a sua filiação política, quais são as suas relações económicas. Devo dizer que tenho orgulho em trabalhar num grupo em que essa transparência é total porque toda a gente sabe quem é o dono último do grupo Impresa, mas há também muitos grupos onde esbarramos naquelas empresas sediadas em paraísos fiscais em que não sabemos bem quem é o dono último, qual é a agenda última e eu julgo que o escrutínio fica empobrecido. Eu acho que esta questão é tão simples de resolver e tão fácil que eu aí não percebo porque é que não foi possível obter um consenso em Portugal a favor de maior obrigação na transparência na propriedade. É uma questão de dar às pessoas capacidade de escrutínio sobre os órgãos de comunicação social e eu acho que os órgãos de comunicação social que são verdadeiramente independentes não se preocuparam em ser escrutinados.

José Manuel Fernandes – Eu vou um bocadinho mais longe, eu acho que além de se conhecer os proprietários deviam-se conhecer as contas, isto é, tal como nós somos obrigados a publicar nas empresas cotadas em bolsa, que são obrigadas a publicar as suas contas, eu acho que os órgãos de comunicação social têm obrigação de também publicar as suas contas. Antigamente acho que isso era obrigatório, não sei porquê desapareceu e por causa da própria bolsa só se sabe das empresas cotadas e das outras quase desapareceram.

Olho para alguns órgãos de comunicação social portugueses e não tenho nenhuma informação fidedigna sobre se aquilo é um buraco gigantesco e por isso o dono está a financiar e se está a financiar porquê, se é uma empresa saudável. Sei de meia dúzia porque apesar alguns são cotados em bolsa e como são, a empresa é cotada em bolsa. Por acaso não sei o que é que vai acontecer agora ao Público que saiu da Sonaecom, não sei como é que isto vai ser, mas da Controlinvest eu não sei nada, da Media Capital pouco sei, por aí adiante. Não diria que é tão importante como conhecer os donos, mas é também...

Pedro Norton – Não vou fazer a defesa da Media Capital, mas é também cotada em bolsa.

José Manuel Fernandes – Mas quando falo disso inclusivamente devia ser possível ter uma ideia mínima dos agregados, isto é, se eu sou uma empresa daquelas que tem vinte órgãos, se está tudo ao molho também perco transparência. Eu não sou jurista, não sei como é que isso se faz, não sou especialista nisso, tenho de encontrar uma resposta. Acho que isto era um elemento que devia complementar este conhecimento.

Toda a gente sabia nos *metiers*, como se consuma dizer, que os proprietários do jornal I não eram os senhores que os tinham comprado, mas isso sabia-se há quatro ou cinco anos, só na semana passada é que finalmente os angolanos que são de facto os donos do jornal I vieram assumir que são donos do Jornal I e no entanto, todos no meio sabiam. Não teria sido interessante, independentemente de saber que entre esses donos angolanos estão parte daquela elite angolana que esteve em guerra com o Dr. Ricardo Salgado e que isso explica algumas capas do I? Ou ajuda a compreender ou se calhar não explica, não sei, mas pelo menos eu gostava de olhar para as coisas sabendo isso.

Eu sei que isso tem um risco, como quem trabalha aqui eu sei que as pessoas têm a tendência a ter uma teoria da conspiração e tudo o que sai no Expresso é porque o Dr. Balsemão tem uma ideia qualquer e está a magicar qualquer coisa. Até posso dizer que ele manda muito menos no Expresso nesse sentido do que vocês julgam, não é com isso que ele está preocupado e há muita coisa que lá nem o diretor consegue mandar verdadeiramente, algumas partes e coutadas. Eu também não mandava quando era diretor, é assim que funcionam as redações que são um ecossistema muito complicado e não é um exercito que de repente recebe ordens a quem se diz que agora vais para a direita e agora vais para a esquerda. De vez em quando, há coisas que são interferências óbvias e quase toda a gente conhece algumas histórias tristes do meio, mas apesar de tudo isto ajuda a criar um ambiente diferente e a permitir um escrutínio diferente. Até ajuda a discutir melhor essas coisas porque quando não se sabe, pode-se dizer tudo e depois nem é verdade e não tem nada a ver com aquilo, uma pessoa não é sócia daquilo, já se separou...

Penso que isso seria uma das coisas positivas e nisso o Governo podia fazer alguma coisa.

Pedro Lomba – Sim, acho que esta é uma bandeira, e sem demagogias, que pode e deve ser assumida. Já agora lançava, e controlem-me o tempo que temos, outro tema para a mesa que é este. Nós temos esta contradição na comunicação social em Portugal, mas não só em Portugal, que é de ter órgãos de comunicação social que estão mais vulneráveis ou lhes é mais difícil fazerem o controlo e escrutínio do poder político porque têm menos recursos para o jornalismo de investigação, têm um conjunto de dependências que os inibem de abordarem certo tipo de temas, isso penso que existe. Ao mesmo tempo, vivemos uma época em que a senha persecutória contra quem tem poder, quem tem dinheiro, contra quem está na política é absolutamente esmagadora e terrível que leva ao tipo de jornalismo que vemos em alguma comunicação social mais populista em Portugal. A pergunta que eu faço é se nós deveríamos endurecer as nossas leis penais em matéria de abuso de liberdade de imprensa? Nós deveríamos criar mecanismos de controlo, auto-regulação, autodisciplina mais eficazes no sentido de evitar alguns abusos?

Há uma percepção injusta ou correta, não vou agora discutir, de que muitas pessoas estão demasiado à mercê de erros da comunicação social, ao mesmo tempo que também há a percepção de que Portugal é um país que é sistematicamente condenado no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, e isso não é uma percepção é um facto, porque não protege, não defende suficientemente de acordo com os parâmetros europeus a Liberdade de Imprensa. Eu gostava de vos ouvir sobre isto.

José Manuel Fernandes – A minha percepção sobre isso é muito clara, sou totalmente contra mais leis penais, tenho uma ideia um bocado radical que para mim nem era necessário haver Lei de Imprensa porque as leis penais já chegavam, os princípios chegariam e a Lei da Concorrência também devia ser suficiente para evitar a concentração. Porque é que há uma Lei de Imprensa e depois alguns princípios não são exatamente iguais ao da rádio ou da televisão, há às vezes algumas coisas um bocadinho duvidosas. Por exemplo, porque é que existe carteira do jornalista?

A Comissão da Carteira não tem nenhum efeito prático a não ser cobrar aos jornalistas uma anuidade que serve para pagar a um juiz que lá está, que é a única pessoa que recebe ordenado e a outras pessoas que lá estão. Nunca tiveram nenhuma ação disciplinar contra alguém que tivesse colocado o pé na argola, que tivesse cometido uma falha deontológica grave. Não me recordo de uma só carteira profissional ter sido retirada gravosamente. Algumas pessoas foram chamadas a atenção e foram lá entregar em tempos, mas ninguém que tivesse feito alguma coisa grave sem ter sido algo óbvio. E se eu não tivesse carteira como é que entrava na

conferência de imprensa do Conselho de Ministros? Acho que há formas melhores de resolver esse problema sem ser a carteira, sem ser obrigar as pessoas a ter uma carteira profissional. Eu sou quase anarquista nestas coisas, não acredito nestes organismos porque a prática deles é muito pobre.

Eu dei este conselho a muitas pessoas e tive discussões com muitos colegas jornalistas que muitas vezes queriam processar alguém que andava a insultá-los, que mandavam carta e textos para os jornais a chamar-lhes nomes, que tinham sido isto, aquilo e aqueloutro e depois iam para os tribunais processar essas pessoas. Tive até um caso em que infelizmente tive de ser testemunha de uma pessoa que pôs um processo desses e eu acho que não é assim que se resolve os problemas. Se nós garantirmos que há pluralismo e um ambiente de discussão... O tempo do Tribunal não é igual ao tempo da notícia e, portanto, se eventualmente a notícia causa algum dano aquilo que o tribunal pode devolver três anos depois é sempre uma parte pequena desse dano, mas se houver exigência e pluralismo na comunicação social não-de ser os outros órgãos a tentar colocar isso na linha.

Mesmo em sítios onde se exagerou muito, como no Reino Unido, não foi necessário, mesmo agora que o inquérito continua no *News of the World*, o ambiente de crítica ao *News of the World* pelos outros órgãos de comunicação levou o Sr. Murdoch a fechar o jornal. A fechar o maior jornal inglês, com 6 milhões de exemplares em circulação, não era uma coisa pequenina.

Eu acredito mais nisso, podem dizer que sou ingénuo e de facto acho que sou ingénuo e eu sei que também há o jornalismo de manada, em que vão todos atrás uns dos outros, em que ninguém tem muitas vezes distância. Ou o jornalismo que tem medo de remar contra a maré e se alguém diz mata o repórter seguinte diz esfola. Eu sei que todas essas coisas existem, mas eu não acho que se corrigem com leis.

Pedro Norton – Devo dizer que estou genericamente de acordo com o José Manuel, embora seja sensível ao tema porque às vezes na vida há direitos que se chocam e nessa medida não podem ser absolutos e o Direito à Privacidade é também um direito que deve ser salvaguardado e o Direito à Liberdade de Expressão, nesse ponto de vista, não pode ser absoluto.

Dito isto, este é um daqueles típicos exemplos, e aí estou inteiramente de acordo com o que o José Manuel dizia, é do interesse dos próprios meios fazer uma autolimitação dos seus excessos. Eu pelo menos falo dos meios do Grupo Impresa,

tenho a certeza que, sem alguns dos nossos meios, se nós pisássemos o risco em matéria de privacidade seríamos os principais perdedores com isso.

Eu diria que sendo uma preocupação absolutamente legítima, todos sabemos que sem privacidade não é possível haver liberdade, todos sabemos que todos os totalitarismos se fizeram precisamente pela ausência da privacidade. A verdade é que este é um campo para a auto-regulação. Acho que é nos códigos deontológicos e nos estatutos editoriais que deve estar a primeira barreira contra os excessos, sendo certo que em última análise os tribunais e as leis gerais estarão aí para dirimir esse confronto entre direitos e, mais uma vez, estou em acordo com o José Manuel porque eu diria que a questão não é exclusiva deste tema, o tema da celeridade da justiça é um tema que anula a própria justiça.

Hoje em dia pergunto-me se a principal ameaça da privacidade dos cidadãos vem da comunicação social tradicional e isto é mais uma perplexidade do que uma resposta. O que se pode fazer quando são os cidadãos que voluntariamente se expõem de forma desabrida nas redes sociais? Julgo que pouco. Eu devo dizer que sou por natureza muito reservado e por isso nunca encontrarão estados de alma meus no Facebook, nem fotografias da minha família em fato de banho, mas é porque sou assim e no dia em que deixar de ser assim recusava-me que o Estado me proibisse de fazer a mesma triste figura. Eu julgo que a ameaça da privacidade hoje em dia vem muito mais das auto-violações da privacidade e não há muito a fazer a não ser alguma pedagogia.

José Manuel Fernandes – Nós tivemos em Portugal, apesar de tudo, um exemplo do horror e da polémica gerada por um suplemento que violava a privacidade sistematicamente. Acabou por levar ao extorção final do órgão de informação que o tinha, que era o Dantas no Semanário. Apesar de tudo temos bons exemplos.

Pedro Lomba – Eu acho que surgiram aqui uma série de pistas para que cada um de nós que esteve aqui a assistir tentar identificar o que é que é a social democracia do século XXI neste tema da comunicação social.

Se querem a minha leitura, eu acho que aquelas cinco lições que eu falei há bocado não foram grandemente alteradas pelas intervenções tanto do José Manuel Fernandes como do Pedro Norton. Isto é, na prática, na teoria, no pensamento de um partido heterogéneo nuns temas, liberal noutros temas, eu agora permitir-me-ia dizer que é conservador noutros temas, estes cinco princípios corresponderão de grosso modo a princípios de atuação para o futuro. Este debate vai naturalmente

continuar porque é um debate interminável, porque os desafios são também difíceis e intermináveis, porque ninguém resolver nem ninguém pode ter a pretensão de resolver todos estes desafios.

Só posso agradecer a vossa presença e também o convite e cá estaremos para continuar esta conversa. Muito obrigado.

[FIM]